



PROJETO
TEEB
REGIONAL – LOCAL

PARANÁ

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNS) NO PARANÁ

UMA REALIZAÇÃO

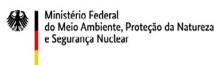
Projeto TEEB Regional-Local

O projeto “Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecosistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – Projeto TEEB Regional-Local” foi implementado de agosto de 2012 a maio de 2019 por meio da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil e o governo alemão, com a participação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI, sigla em alemão) do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão). O projeto contou com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

EM PARCERIA COM

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA-PR)

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL. INDÚSTRIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



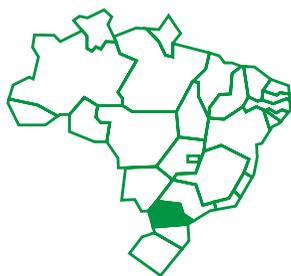
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

FICHA TÉCNICA

1. ÁREA TEMÁTICA E ABRANGÊNCIA



Incentivos Econômicos para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade



Nível Regional:
Paraná



Bioma:
Cerrado

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO



3. ATUAÇÃO NO PROJETO

- Capacitação e sensibilização
- Articulação entre atores e instituições
- Desenvolvimento de métodos, ferramentas ou abordagens
- Apoio técnico
- Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas, planos, programas, instrumentos e regulamentos
- Apoio a empresas na internalização do tema serviços ecossistêmicos e capital natural em processos e estratégias de gestão

CONTEXTO

1. PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.381/2012. Dispõe sobre a criação do Programa Bioclima Paraná de conservação e recuperação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, 24/04/2012.

2. PARANÁ. Lei Estadual nº 17.134/2012. Institui o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito. Diário Oficial do Estado do Paraná, 25/04/2012.

3. PARANÁ. Decreto Estadual nº 1.491/2015. Regulamenta as normas da Lei Estadual n. 17.134/12, que institui o Pagamento por Serviços Ambientais e o Biocrédito no âmbito do Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, 03/06/2015.

O estado do Paraná tem umas das economias mais efervescentes do país, caracterizada por uma forte atividade industrial e agropecuária. A despeito do desenvolvimento social e econômico, o cenário de degradação ambiental do estado vem preocupando o conjunto da sociedade devido à perda de funções importantes da natureza e dos benefícios gerados por ela, dos quais dependem as pessoas e as atividades produtivas em geral (serviços ecossistêmicos), tais como a disponibilidade de água com qualidade, o controle da poluição, a prevenção de enchentes e a polinização, dentre outros.

Em resposta a esse quadro, as políticas de proteção e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas foram intensificadas nos últimos anos, e o estado tem sido considerado uma referência para algumas políticas ambientais inovadoras em sistemas naturais e urbanos. A fim de complementar os mecanismos de comando, controle e gestão de recursos naturais, o Paraná vem construindo um sólido arcabouço político e jurídico para implantar instrumentos econômicos e mecanismos financeiros de incentivos para a conservação e uso sustentável do meio ambiente e para o envolvimento do setor privado e da sociedade civil na agenda.

O estado foi o primeiro a instituir uma iniciativa pioneira, o ICMS Ecológico, a partir da reivindicação de municípios com restrições ao uso do solo devido a necessidades de proteção ambiental, o que abriu caminhos para que outras unidades da federação implementassem o mecanismo. Nos últimos anos, o governo tem ampliado as políticas de incentivos econômicos para a conservação, tendo criado o Programa Bioclima, por meio do Decreto Estadual nº 4.381/2012³, como contribuição à mitigação da mudança do clima.

De forma complementar a tal programa, foi criada a política paranaense de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), pela Lei Estadual nº 17.134/2012². Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 1.591/2015³, o Bioclima define aspectos importantes do Programa Estadual de PSA.

A Lei Estadual nº 17.134/2012 institui incentivos para a prestação de serviços ambientais em quatro modalidades: conservação da biodiversidade, unidades de conservação, conservação de recursos hídricos e recuperação de vegetação nativa com vistas à fixação e estoque de carbono. A lei dispõe sobre o Biocrédito, mecanismo financeiro para o PSA alimentado com recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e outras possíveis fontes de financiamento.

4. As RPPNs são unidades de conservação de domínio privado, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assim como no sistema estadual, com o objetivo de conservar a biodiversidade, e são consideradas de suma relevância para a conservação com o engajamento do setor privado na gestão ambiental e no combate as mudanças do clima.

5. PARANÁ. Resolução SEMA-PR nº 80/2015. Institui diretrizes e normas para a execução de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais destinados às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, 04/01/16.

Ainda em 2015, foram definidas as diretrizes e normas para a execução de projetos de PSA destinados às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)⁴ no estado, por meio de resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA-PR)⁵. A iniciativa de criar e manter esse tipo de unidade de conservação é do proprietário, e cabe ao poder público fazer seu reconhecimento, dar suporte à elaboração do respectivo plano de manejo e implantar políticas de incentivos que viabilizem o alcance de seus objetivos, que em muitos casos geram benefícios para o conjunto da sociedade.

Assim, a política pública direcionada a RPPNs no Paraná visa o apoio, incentivo e reconhecimento dessas áreas pelos benefícios que elas geram à sociedade por meio do provimento dos serviços ecossistêmicos, tendo como base o PSA. A fim de implantar a política estadual de PSA em RPPNs, a SEMA-PR vem buscando parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas para pactuação de arranjos institucionais e procedimentos, definição de critérios e metodologias de monitoramento e avaliação dos serviços ecossistêmicos providos por essas áreas.

Considerando o histórico de iniciativas de PSA em RPPNs no Paraná e em outras unidades da federação, são evidentes as dificuldades para implementar arranjos institucionais e financeiros de forma duradoura. As iniciativas pre-existentes abrangeram apenas uma pequena parcela das RPPNs do estado e foram descontinuadas. Nesse sentido, é essencial a mobilização de fontes de recursos financeiros em volume e com distribuição temporal adequada à realidade, assim como o envolvimento do setor privado e da sociedade civil.

Até o presente momento, já foi possível destinar R\$ 3,5 milhões do Fundo Estadual do Meio Ambiente para editais de PSA/RPPN em que serão elegíveis RPPNs federais, estaduais e municipais com plano de manejo. Após a realização de simulações, foi lançado o “Edital de Chamada Pública nº 01/2018” para PSA em RPPN, com recursos de R\$ 1.190.348,00 para beneficiar cada unidade selecionada com pagamentos de R\$ 10 a R\$ 50 mil, em contratos de um ano. Ao todo, 23 proprietários de RPPNs se inscreveram na chamada, sendo que destes, 22 foram considerados elegíveis e deram continuidade ao processo. As áreas foram vistoriadas pela equipe da SEMA-PR em conjunto com o proprietário ou representante legal para a elaboração do Projeto Individual da Propriedade (PIP/RPPN), documento base para assinatura do Termo de Compromisso, que inclui a caracterização situacional da área, a valoração dos serviços ambientais presentes, as ações a serem realizadas para manter ou melhorar a qualidade dos mesmos e suas metas, indicadores e prazos para execução.

No final de 2016, já com um arcabouço jurídico e institucional bastante avançado, ainda que em aperfeiçoamento, e com o início da articulação para a implantação do programa de PSA/RPPNs, a SEMA-PR solicitou apoio do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Cooperação Técnica Alemã (GIZ), para sua implementação. O projeto, que já vinha desenvolvendo um conjunto de atividades em parceria com a SEMA-PR, articulou o envolvimento do Projeto TEEB Regional-Local, também da Cooperação Brasil - Alemanha, que já acumulava experiências em outras unidades da federação com o desenho e implantação de políticas de incentivos econômicos para a conservação, dentre as quais algumas iniciativas envolvendo o PSA. A principal lacuna identificada foi a construção e a articulação de uma estratégia política para implantação do PSA em RPPNs a médio e longo prazo, por meio de um arranjo multi-institucional que fosse capaz de se sustentar financeira, política e administrativamente e que tivesse o envolvimento do conjunto da sociedade, sobretudo do setor produtivo, que se beneficia das áreas de reserva. O apoio a essas ações constituiu, então, a contribuição do projeto ao processo.

PÚBLICO-ALVO, PARCEIROS E BENEFICIÁRIOS

A construção da estratégia de implementação do programa de PSA/RPPNs foi uma demanda da SEMA-PR, que contou com a assessoria técnica direta dos Projetos TEEB Regional-Local e Mata Atlântica para dar consistência e qualificar o arranjo de implantação do mesmo. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) também esteve diretamente envolvido no processo.

O programa irá beneficiar diretamente os proprietários das RPPNs enquadradas nos critérios e contempladas pelas especificações de cada edital, que terão apoio para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela biodiversidade e pelos ecossistemas nessas áreas. Consequentemente, espera-se beneficiar os moradores do entorno dessas unidades e de regiões que recebem os fluxos de benefícios da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas nas mesmas.

Há, ainda, a expectativa de que o programa paranaense possa inspirar governos de outras unidades da federação a implantar políticas dessa natureza e que eles possam se apropriar dos aprendizados e referências advindos dessa experiência para apoiar iniciativas similares em RPPNs nos seus estados.

NARRATIVA DO CASO

O desenvolvimento de capacidades de técnicos da SEMA-PR na abordagem de integração de serviços ecossistêmicos e a formação de multiplicadores na mesma foi um dos apoios dados pelo Projeto TEEB Regional-Local ao processo. A identificação da janela de oportunidade política para esse apoio surgiu

no contexto da parceria com o Projeto Mata Atlântica, que possuía uma atuação localizada no mosaico do Lagamar e que, por isso, tinha a SEMA-PR como uma de suas instituições parceiras.

Os projetos assessoraram a SEMA-PR por meio da realização de estudos e discussões e da comunicação estratégica dos resultados e aprendizagens da iniciativa. Além de contribuir com insumos técnicos, o auxílio provido visou colaborar na articulação para a consolidação da estratégia para a implantação efetiva do programa para PSA/RPPNs no Paraná. O suporte à elaboração da mesma se deu por meio de diálogos e estudos e do desenvolvimento de abordagens e argumentos para o engajamento de stakeholders estratégicos. Os diálogos incluíram a realização de reuniões e oficinas, presenciais e à distância, com diferentes finalidades e instituições parceiras (SEMA, IAP, Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, MMA, GIZ, entre outros), realizadas entre a equipe de execução em Curitiba (PR), Campinas (SP) e Brasília (DF).

A construção da estratégia para o programa foi balizada por meio de uma sistematização do estado da arte de esquemas de PSA em RPPNs, realizada a partir de consulta a fontes secundárias e a alguns atores-chave, incluindo o levantamento situacional das RPPNs no Paraná e das ações de PSA em RPPNs realizadas no estado, no Brasil e em outros países, bem como de métodos de valoração de serviços ecossistêmicos e de potenciais fontes de recursos e arranjos institucionais para sua implementação em médio e longo prazo.

Segundo dados do IAP, considerando as RPPNs em estudo ou em trâmite de criação, em 2019, o Paraná contará com 273 unidades, que correspondem a 54.046,76 hectares, sob a tutela das três instâncias governamentais, distribuídas em 104 municípios. No total, 88% das RPPNs estão sob o âmbito estadual, o que corresponde a 85% da área total dessas unidades no estado (Figura 1).

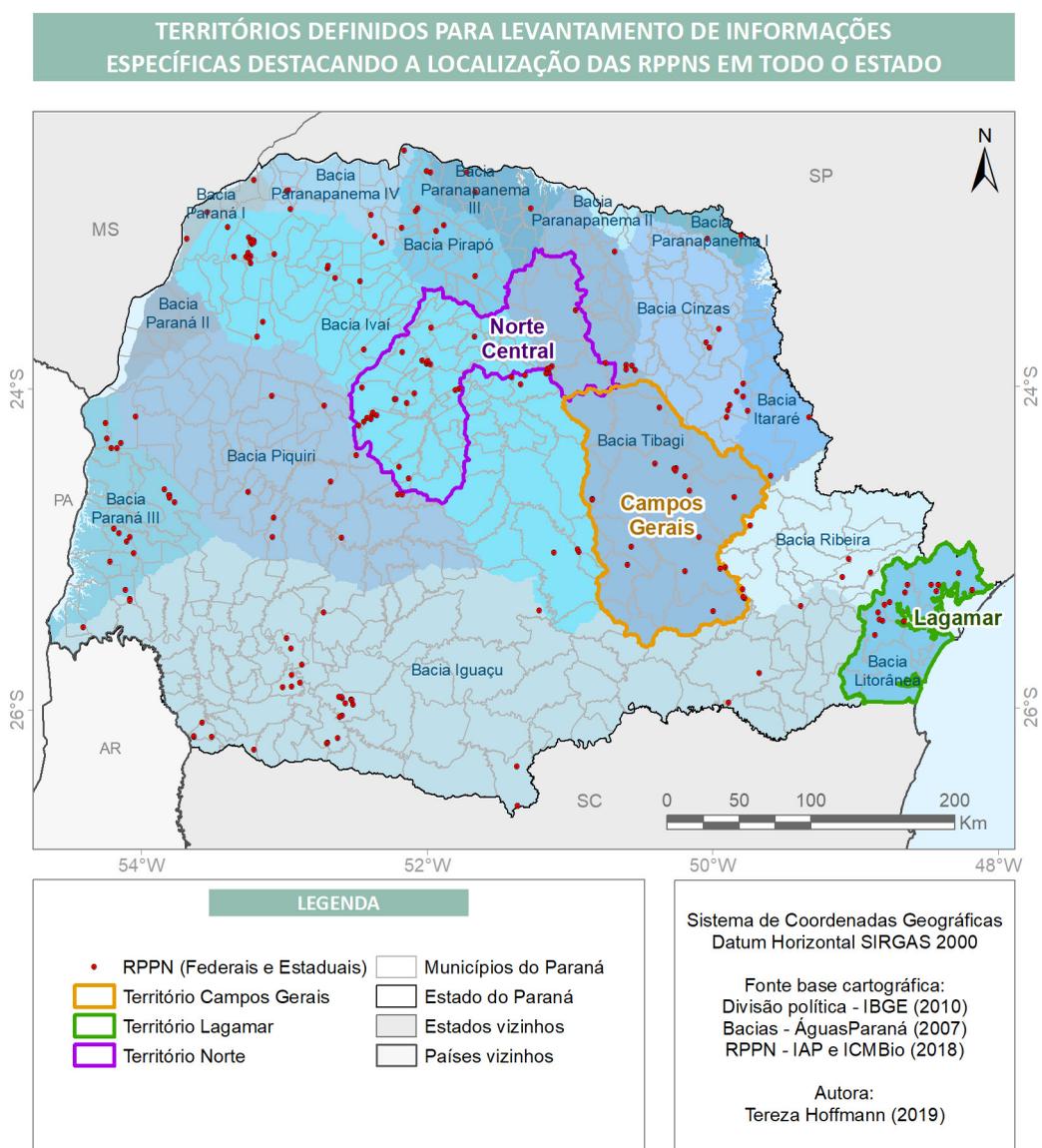
FIGURA 1.
Quantidade,
âmbito de gestão
e áreas totais das
RPPNs no Paraná
FONTE: SEMA,
2019



FIGURA 2. Territórios definidos para levantamento de informações específicas, unidades hidrográficas e a localização das RPPNs em todo o estado.

FONTE: SEMA (2019).

Em paralelo, foi realizado um diagnóstico das RPPNs do estado em termos da provisão de benefícios essenciais para o bem-estar da sociedade e as atividades produtivas, que incluiu o levantamento de informações primárias junto aos principais *stakeholders* identificados. As pesquisas foram realizadas em três territórios, por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 representantes de empresas, organizações não governamentais e instituições públicas locais envolvidas. O objetivo central foi prospectar as oportunidades e desafios relacionados ao envolvimento do setor privado em um esquema de PSA/RPPN com algum tipo de contribuição ou parceria.



Considerando o diagnóstico realizado, foram definidos pela SEMA-PR e pelo IAP três territórios ou *clusters* de RPPNs prioritários para a realização de pesquisas primárias: Lagamar, Campos Gerais e Norte Central, onde estão inseridas 64% das RPPN do estado, abrangendo 27.830 hectares, sendo consideradas as áreas mais relevantes para a implantação do programa na conjuntura atual. Nestes, foi realizado um diagnóstico socioeconômico e a identificação dos principais usuários de serviços ecossistêmicos nas atividades produtivas. Também foram identificadas as empresas com maior potencial de envolvimento no programa, considerando seu faturamento, ramo de atividade e dependência de tais serviços, com vistas a avaliar o interesse em parcerias público-privadas para a implantação do instrumento.

Dado o insucesso das iniciativas de PSA/RPPN anteriormente implantadas no Paraná, que foram caracterizadas como pontuais e descontínuas, e o alto grau de desconfiança do setor produtivo em relação à viabilidade de parcerias dessa natureza com o setor público, teve-se a cautela de não gerar falsas expectativas para ambas as partes. Houve a premissa de deixar claro que, por parte do governo, ainda não há um mecanismo de participação do setor privado no esquema de PSA/RPPN e nem um incentivo para o empreendedor que queira fazê-lo, e que, portanto, o diálogo tinha caráter exploratório e não envolvia qualquer tipo de negociação de parcerias concretas. Os principais serviços ecossistêmicos utilizados na pesquisa, pré-identificados como prioritários pelo setor produtivo nos territórios e confirmados nos diálogos realizados foram: serviços hídricos, polinização e estoque de carbono.

Com base nos elementos obtidos do estudo das informações preexistentes e das pesquisas nos três territórios priorizados, foram realizadas oficinas e reuniões para construção de uma visão comum entre as instituições envolvidas e de uma estratégia de articulação de parcerias e financiamento, em linhas gerais, com alguns direcionamentos práticos para operacionalização do processo de captação de recursos e de articulação institucional e política.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O apoio dos Projetos TEEB Regional – Local e Mata Atlântica ao programa de PSA/RPPNs do Paraná teve como principais resultados a delimitação de uma estratégia geral para sua implantação, a definição das fontes de recursos financeiros a serem priorizadas e o levantamento de insumos e argumentos para envolvimento das instituições e atores dos setores público e privado.

Um resultado basilar para os demais que foram gerados com esse trabalho e para as articulações e ações futuras nessa agenda foi o diagnóstico situacional das RPPNs e das experiências preexistentes de PSA/RPPNs no Paraná e em outras unidades da federação, bem como o levantamento

das metodologias de valoração de serviços ecossistêmicos e de informações estratégicas relacionadas, que orientaram o desenvolvimento das demais atividades desse processo e darão sustentação aos próximos passos para implantar o programa. Com as informações geradas, foi possível ter um panorama geral sobre os principais serviços ecossistêmicos fornecidos pelas RPPNs do estado, além de uma avaliação de sua relevância e de como ela pode ser comunicada para o conjunto da sociedade e para alguns setores e atores específicos nos territórios.

Um resultado importante gerado a partir de tal diagnóstico foi a identificação extensiva de fontes de recursos para a perenização do programa, com a análise das potencialidades e limitações envolvidas em cada uma delas. O Programa de Conversão de Multas Ambientais do Paraná, criado pelo Decreto Estadual nº 10.221/2018, foi indicado como a fonte mais estratégica para viabilizar o financiamento programa de PSA/RPPNs em médio e longo prazo. Recursos de compensação florestal obtidos a partir de processos de licenciamento nas três esferas também representam uma oportunidade factível e estratégica para a implantação do mesmo, segundo os atores envolvidos.

Outro resultado importante foi obtido a partir das pesquisas realizadas nos três territórios com o setor privado e atores-chave do setor público com atuação local. Foi possível identificar que há interesse em parcerias para esquemas de PSA com organizações privadas, de diferentes formas, haja vista a relevância dos serviços ecossistêmicos para os diferentes setores. Entretanto, a falta de clareza sobre o tipo de parceria a ser realizada com o governo estadual, a segurança jurídica, a instabilidade política e a falta de incentivos econômicos para o envolvimento do setor privado foram desafios considerados relevantes. No futuro, com o amadurecimento do programa, prevê-se o envolvimento de múltiplos atores na conservação ambiental das RPPNs do Paraná, por meio de sua sensibilização, com argumentos associados à manutenção da qualidade dos serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar da população e às atividades produtivas, e da definição de incentivos para o engajamento do setor privado na agenda.

No final de 2018, o Projeto TEEB Regional-Local viabilizou a participação da SEMA-PR na Conferência Regional da Parceria pelos Serviços Ecossistêmicos - ESP (Ecosystem Services Partnership), em Campinas (SP), onde a mesma teve a oportunidade de apresentar os resultados da estratégia de sustentabilidade financeira do programa para as RPPNs.

Por fim, é importante destacar que o processo de análise e proposição da estratégia foi descrito em uma publicação, que constitui um documento importante não apenas para o engajamento de diferentes atores no Paraná, mas também como inspiração para processos semelhantes em outros estados e legislações de PSA.

FIGURA 3. Apresentação da SEMA-PR na Conferência Regional da ESP (outubro de 2018).

FONTE: acervo Projeto TEEB Regional-Local.



LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

- ◇ O diagnóstico apontou que o apoio a programas de PSA em RPPNs no estado vem sendo pontual e descontínuo, havendo a necessidade de pactuação de mecanismos que garantam sua sustentabilidade financeira em médio e longo prazo, embasada em estratégias de captação de recursos de diferentes fontes e na definição de um arranjo institucional e jurídico resiliente a oscilações políticas e orçamentárias.
- ◇ Os principais serviços ecossistêmicos utilizados pelo setor produtivo nos três territórios analisados foram: os serviços hídricos (regulação hídrica, armazenamento de água no solo em aquíferos, filtragem natural, etc.), a polinização de áreas agrícolas e o armazenamento de carbono, também conhecido como desmatamento evitado. Devido a limitações de tempo e quanto à disponibilidade de informações, para os serviços ecossistêmicos hídricos e de polinização foram feitas apenas avaliações qualitativas, não sendo as mesmas exercícios de valoração econômica propriamente dita. Foram observadas quais cidades mais se beneficiam pela prestação desses serviços, a partir de uma estimativa de população e de hectares de lavouras beneficiadas, dentre outras análises.
- ◇ Já para o serviço ecossistêmico de armazenamento de carbono, foi possível fazer uma estimativa econômica da contribuição das RPPNs dos territórios-piloto. Somando-se o estoque total das RPPNs dos territórios Lagamar, Campos Gerais e Norte Central, estima-se que estas áreas naturais, juntas, armazenam 23,7 milhões de toneladas de dióxido

de carbono. Tendo como referência o relatório anual sobre o mercado voluntário de carbono global da iniciativa Ecosystem Marketplace para o ano de 2016, foi possível estimar que o estoque de carbono retido nas áreas naturais dessas RPPNs possui um valor financeiro total de cerca de R\$ 240 milhões, em valores correntes.

- ◇ O setor privado demonstrou diferentes tipos de interesse em parcerias para esquemas de PSA, haja vista a relevância dos serviços ecossistêmicos para o mesmo e as oportunidades reais de retornos de investimento para os diversos setores.
- ◇ Mecanismos como o apoio, por parte de empresas, à conservação de áreas particulares de terceiros ou à compensação de seus impactos sobre a biodiversidade, por meio da criação ou do suporte às RPPNs, podem aumentar a participação no conjunto de esforços para o fortalecimento do sistema estadual de áreas protegidas e a melhoria da qualidade ambiental em geral. Para que isso aconteça de forma efetiva, no entanto, é importante que sejam realizadas não só ações para sensibilização, a fim de que as empresas reconheçam suas relações de dependência e impactos quanto aos serviços ecossistêmicos provenientes dessas áreas, mas também que sejam desenvolvidos pelo poder público incentivos econômicos (isenções fiscais, selos ambientais, etc.) e outros benefícios, de modo a facilitar a adesão ao apoio da rede de RPPNs e do instrumento de PSA.
- ◇ O envolvimento do setor empresarial em programas de proteção e recuperação da biodiversidade é fundamental, dado o importante papel que o mesmo desempenha em todas as esferas políticas do Brasil, bem como seu poder de investimento. Assim, é de extrema relevância aperfeiçoar os métodos e desenvolver estudos baseados em metodologias confiáveis para demonstrar os benefícios diretos e indiretos fornecidos pelas RPPNs (serviços ecossistêmicos), a fim de ampliar os argumentos em favor da conservação da natureza e do envolvimento empresarial nessa agenda.
- ◇ O apoio de empresas privadas a programas de PSA, em geral, vem sendo pontual e descontínuo, motivado por demandas relativas a multas ou licenciamento ambiental, ou mesmo pela contribuição voluntária em caráter experimental. Para um envolvimento mais perene e com maior impacto, são necessárias ações por parte do poder público para

a consolidação de arranjos institucionais e jurídicos seguros, com a garantia de manutenção das iniciativas e a mensuração de retornos concretos para os negócios.

- ◇ O Programa Crédito Ambiental Paulista (CAP/RPPN), única iniciativa governamental existente no país a apoiar as RPPNs do estado com o PSA, baseia-se em um arranjo institucional e em uma metodologia para o cálculo do pagamento que são relativamente simples. Os cálculos, por exemplo, podem ser feitos com informações já disponíveis na literatura. Os avanços e desafios enfrentados na implantação dessa iniciativa devem ser considerados pela SEMA-PR e parceiros, e é recomendável que os gestores do programa de PSA/RPPNs busquem formas de intercâmbio de experiências com o CAP/RPPN e outras iniciativas nacionais e internacionais na temática.
- ◇ Uma estratégia de sustentabilidade financeira para um programa de apoio às RPPNs de longo prazo deverá estar embasada no envolvimento multi-institucional e na captação de recursos de fontes diversificadas. Segundo o diagnóstico realizado, as estratégias mais exitosas para efetivar os programas de PSA estaduais vigentes, com aporte regular de recursos, envolvem três instrumentos principais: a cobrança pelo uso da água, a utilização de recursos provenientes de multas ambientais e a arrecadação de unidades de conservação (Castro et al., 2018 apud SEMA, 2019). No caso dos três dispositivos, a origem da maior parte dos recursos é de natureza privada, sendo que a SEMA-PR priorizou a conversão de multas.
- ◇ Outras fontes de financiamento, como as compensações advindas do licenciamento ambiental, do ICMS Ecológico e da compensação de reserva legal, bem como o investimento privado, baseado no retorno que ele pode trazer às empresas em termos marketing e construção de imagem, entre outras finalidades, não devem ser descartadas. Essa diversidade de fontes e a ampliação dos tipos de apoio podem atrair um número maior de investidores, garantindo maiores volumes de recursos a serem aplicados, maiores chances de continuidade para as iniciativas e a geração de impactos relevantes para a sociedade.

OPORTUNIDADES DE CONTINUIDADE

Apesar de o programa de PSA/RPPNs ainda se encontrar em uma fase inicial, as empresas envolvidas na pesquisa se mostraram favoráveis a continuar as discussões sobre o tema, quando a iniciativa estiver suficientemente amadurecida, para levar o assunto de forma objetiva aos tomadores de decisão. Esse detalhamento deverá incluir mecanismos de monitoramento do programa que explicitem os resultados ambientais alcançados e a garantia de transparência na aplicação dos recursos e seleção de beneficiários, dentre outros.

A estratégia de sustentabilidade financeira de médio e longo prazo para o programa deverá estar embasada preferencialmente em fontes de recursos variadas. Para isso, devem ser realizadas articulações para captação de recursos e estabelecimento de parcerias e, em alguns casos, elaboradas normas específicas.

A SEMA-PR e seus parceiros consideraram que a conversão de multas ambientais estaduais para projetos de PSA é um mecanismo financeiro a ser priorizado, por ser de origem privada e poder atender a entes privados (proprietários particulares), além de ser regulamentado por legislação específica e ter potencial de mobilização substancial de recursos de forma contínua. Trata-se, ainda, de um mecanismo que possibilita a destinação direta desses recursos para projetos ambientais, sem a necessidade de que sejam previamente incorporados pelo Estado e depois distribuídos a entes privados. Por conta desses fatores, entre as potenciais fontes de recursos analisadas para o programa, a conversão de multas estaduais foi considerada a mais estratégica no contexto atual.

Para que o instrumento de conversão de multas ambientais possa gerar recursos para o programa de PSA/RPPNs, é necessária a publicação de um regulamento interno do IAP com especificações técnicas, sobretudo a respeito das modalidades de projetos a serem apoiados. A Portaria IAP nº 149, de 3 de julho de 2018, designou um grupo de servidores da autarquia para regulamentar a aplicação da conversão de multas, mas com a mudança de governo, o processo precisar ser retomado.

Um próximo passo para o envolvimento do setor privado corresponde à definição de um esquema confiável e eficiente de investimento dos recursos, assim como de um arranjo institucional e político seguro e dos benefícios que podem dar retorno aos negócios.

PARA SABER MAIS

FGB, TNC, MMA e GIZ (2017). **Guia para a Formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais.**

Disponível em: www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade.html?download=1420:guia-para-a-formula%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-estaduais-e-municipais-de-pagamento-por-servi%C3%A7os-ambientais

Paraná (2019). **Política estadual de pagamento por serviços ambientais para Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do**

Paraná: estado atual e perspectivas para o futuro. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Consultoria: Maria Vitória Yamada Müller, João Luís Bittencourt Guimarães e Pollyana Andrea Born. Disponível em: www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade.html

SILVEIRA, G. B. (2015). **Pagamentos por serviços ambientais para conservação de áreas protegidas particulares.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

SPVS (2018). **Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – Caminhos para a sustentabilidade econômica.** Disponível em: www.spvs.org.br/wp-content/uploads/downloads/2018/10/Cartilha_RPPN.pdf

APOIO TÉCNICO
PARA O CASO

Assessoria técnica

Maria Vitória Yamada Müller (Yamada Consultoria Ambiental)

João Luís Bittencourt Guimarães (Yamada Consultoria Ambiental)

Pollyana Andrea Born (Yamada Consultoria Ambiental)



PROJETO
TEEB
REGIONAL – LOCAL

**CASO SISTEMATIZADO PELO
PROJETO TEEB REGIONAL-LOCAL**

Com o apoio de Nicole Munk e Thais Schneider
2019

Acesso em:

[www.mma.gov.br/biodiversidade/
economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade](http://www.mma.gov.br/biodiversidade/economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade)